

GRAMSCI E A QUESTÃO RELIGIOSA RELIGIÃO E ALIENAÇÃO A PARTIR DO CONTEXTO RELIGIOSO ITALIANO

GRAMSCI AND THE RELIGIOUS ISSUE
RELIGION AND ALIENATION FROM THE ITALIAN RELIGIOUS CONTEXT
GRAMSCI Y EL TEMA RELIGIOSO
RELIGIÓN Y ALIENACIÓN DEL CONTEXTO RELIGIOSO ITALIANO

Maria Socorro Ramos Militão¹
Oziel Rocha²

RESUMO

O objetivo principal do estudo é explorar a relação existente entre a religião e a política nos escritos de Antonio Gramsci (1891-1937), investigando a religião a partir da atuação da Igreja Católica no contexto histórico-político italiano. A pesquisa também retoma esta discussão no pensamento de Nicolau Maquiavel (1469-1527), em Ludwig Feuerbach (1804-1872), explorando nesse, especialmente, o conceito de alienação, e ainda em Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), até chegar à questão em Gramsci. Esse percurso é necessário porque a investigação do político italiano remonta ao papel exercido pela Igreja no contexto da Idade Média, que tem a religião como ideologia oficial e a gênese dos movimentos populares que se distanciaram de tal ideologia. Somente após a compreensão do papel da religião ao longo da história é possível dar sustentação teórica sólida à questão da religião como instrumento político em inúmeros períodos da história da Civilização Ocidental. Porém, o presente artigo não visa esgotar a discussão sobre a temática, mas apenas trazer à baila este, que é um tema muito recorrente na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gramsci. Igreja Católica. Política.

ABSTRACT

The main objective of the study is to explore the relationship between religion and politics in the writings of Antonio Gramsci (1891-1937), investigating religion based on the Catholic Church's work in the Italian historical-political context. The research also resumes this discussion in the thought of Nicolau Machiavelli (1469-1527), in Ludwig Feuerbach (1804-1872), exploring in this, especially, the concept of alienation, and still in Karl Marx (1818-1883) and Friedrich Engels (1820-1895), until reaching the question in Gramsci. This path is necessary because the investigation of the Italian politician goes back to the role played by the Church in the context of the Middle Ages, which has religion as an official ideology and the genesis of popular movements that have distanced themselves from such an ideology. Only after understanding the role of religion throughout history is it possible to give solid theoretical support to the issue of religion as a political instrument in numerous periods in the history of Western Civilization. However, this article does not aim to exhaust the discussion on the theme, but only to bring up this issue, which is a very recurring theme today.

KEYWORDS: Gramsci. Catholic Church. Politics.

RESUMÉN

El objetivo principal del estudio es explorar la relación entre religión y política en los escritos de Antonio Gramsci (1891-1937), investigando la religión a partir del trabajo de la Iglesia católica en el contexto

histórico-político italiano. La investigación también retoma esta discusión en el pensamiento de Nicolau Machiavelli (1469-1527), en Ludwig Feuerbach (1804-1872), explorando en este, especialmente, el concepto de alienación, y aún en Karl Marx (1818-1883) y Friedrich Engels (1820-1895), hasta llegar a la pregunta en Gramsci. Este camino es necesario porque la investigación del político italiano se remonta al papel jugado por la Iglesia en el contexto de la Edad Media, que tiene la religión como ideología oficial y la génesis de movimientos populares que se han distanciado de tal ideología. Solo después de comprender el papel de la religión a lo largo de la historia es posible brindar un sólido apoyo teórico al tema de la religión como instrumento político en numerosos períodos de la historia de la civilización occidental. Sin embargo, este artículo no pretende agotar la discusión sobre el tema, sino solo plantear este tema, que es un tema muy recurrente en la actualidad.

PALABRAS CLAVE: Gramsci. Iglesia Católica. Política.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca evidenciar as contribuições da reflexão do filósofo italiano Antônio Gramsci (1891-1937) acerca da questão religiosa e a relação desta com a manutenção das massas, para depois analisar a relação existente entre a religião e a política. A análise sobre a relação entre religião e manutenção das massas na ignorância considera o contexto italiano, no qual, o autor marxista, desenvolve seus estudos sobre o cristianismo e a Igreja Católica, tendo sido ele um dos que mais se debruçou sobre a questão da religião, em seu tempo. Entendia ele, que esta seria uma das grandes barreiras para a emancipação das massas, especialmente, no que tange à formação de uma política autônoma e à formação de um Estado laico de caráter nacional-popular.

A análise considera a relação existente entre a subalternidade e a religiosidade em Antônio Gramsci, no contexto da investigação da intersecção entre a religião e a política, tendo em vista a conformação ou a transformação das massas populares. Gramsci faz um estudo importante sobre a história da Igreja, atento aos movimentos religiosos medievais e ao caráter religioso das revoluções burguesas. Dirige atenção especial ao *Risorgimento* italiano e vê na Revolução Francesa um caráter de continuidade das revoltas religiosas.

Abordar o tema da religião, no autor sardo, é fundamental para elucidar o papel da religião como uma instituição que forma o tecido social e evidencia o seu potencial para transformar e emancipar as classes subalternas, tendo em vista que a Igreja se coloca como uma instituição que desempenha o papel de intelectual das massas populares. Nesse aspecto, Gramsci contribui com uma crítica que eleva o nível de consciência política em relação ao potencial transformador da religião. Como a discussão sobre o tema, principalmente no contexto italiano, é de longa data, para evidenciar a discussão acerca da temática anterior a A. Gramsci, investigamos o uso histórico da religião como instrumento político a partir das análises de Maquiavel e explorando o conceito de alienação em L. Feuerbach, K. Marx e F. Engels.

Posto isso, o trabalho engloba a conexão entre subalternidade e religiosidade, na investigação acerca da relação existente entre a religião e a política em Gramsci. O artigo utiliza a pesquisa teórica de cunho exploratório e, como procedimento de análise, investiga os escritos gramscianos a partir do levantamento bibliográfico e da análise

desses escritos. E além dos filósofos citados, faremos uso de obras de alguns de seus principais comentadores, a exemplo de Hugues Portelli, Guido Liguori, entre outros.

LEITURA GRAMSCIANA DA RELIGIÃO

Gramsci rejeita qualquer definição da religião que não contemple a relação cultural entre o indivíduo e a divindade, com isso ele retira de cena toda forma de naturalismo ou imanentismo ético como forma de religião, sobretudo, por que, para ele,

No mundo moderno abusa-se das palavras ‘religião’ e ‘religioso’, atribuindo-lhes sentimentos que nada têm a ver com as religiões positivas. Não se pode também considerar o ‘teísmo’ uma religião, pois falta a ele o culto, uma relação determinada entre o homem e a divindade (GRAMSCI, 1968, p. 350).

Ele considera que o cristianismo primitivo constitui um movimento revolucionário que conseguiu, por meio de intelectuais notáveis, traduzir a religião em atitude prática e impor uma oposição ideológica dentro do Império Romano. Porém, com o Edito de Milão (313), Constantino deu início a um período de grande liberdade para os cristãos ao apostar no cristianismo como elemento unificador do Império. Com isso, a Igreja, que se reunia nas catacumbas, passou de seita perseguida a religião oficial do Império, encontrando as condições para se tornar hegemônica.

Como um aparelho ideológico do Estado, o catolicismo neutralizou as classes subalternas graças a essa união da hierarquia eclesiástica com o Império, e a consequência disso foi que o papado fez “uma combinação entre os atributos do Sumo Pontífice e os do imperador divinizado (...). Assim, teria nascido através do Papado também o direito divino das monarquias, reflexo do culto imperial” (GRAMSCI, 1968, p. 352), o que colaborou para que a hegemonia eclesiástica chegasse ao seu apogeu na alta Idade Média. A partir disso, o filósofo italiano percebeu que a luta pela formação de um Estado italiano revolucionado não estaria isenta de um conflito com a Igreja, pois ela estava ligada aos camponeses desde o período medieval, quando o poder religioso da Igreja se impunha como bloco histórico dominante.

Para Gramsci, é, pois, na Era Medieval que se desenvolve a relação entre intelectuais religiosos e massas; e que surgem os movimentos burgueses e populares, os quais, mesmo reprimidos e controlados pela Igreja, desembocam na Reforma Protestante e no Jansenismo³. Em contrapartida, a Instituição Católica promove o Jesuitismo e a Contra Reforma como estratégias de recuperar o poder da Igreja, em franco processo de declínio à época.

O movimento iniciado por Francisco de Assis representa o estado de espírito das massas populares, porque, “Francisco foi um cometa no firmamento católico; o fermento de expansão, ao contrário, permaneceu em Domingos (...) e especialmente em Agostinho, de cuja ordem surgiu primeiro a reforma e, mais tarde, o jansenismo” (GRAMSCI, 1978,

p. 154). A partir de então, algumas ordens se compadecem das massas e isso germina, porém, a Igreja utiliza o seu braço secular para punir os líderes, recuperando o movimento e canalizando-o para as estruturas oficiais.

Quando a ruptura entre as massas e a hierarquia não afetava a base ideológica da hegemonia, a Igreja se contentou em remanejar a sociedade civil. O método utilizado foi o que Gramsci considera como tática favorita da Igreja e que depois ela aplicará constantemente – por exemplo, frente ao modernismo - : recuperar o movimento canalizando-o para estruturas oficiais, integrando ou eliminando os líderes. (PORTELLI, 1984, p. 68).

O político italiano mostra como a Instituição Católica busca manter ideologicamente seus membros e seu poder, por isso na baixa Idade Média movimentos como o franciscanismo, - que foi uma resposta ao elitismo escolástico e à ostentação da hierarquia -, começam a ser abafados e a perder sua essência quando se tornam parte do corpo oficial da Igreja. Porém, seu poder começa a enfraquecer no alvorecer da modernidade, quando o movimento renascentista tenta colocar o homem em posse de si mesmo, valorizando sua autonomia, subjetividade e historicidade, iniciando-se assim o processo de secularização a partir do século XVI. A derrocada do sistema feudal na Europa Ocidental marca o declínio do catolicismo, por isso a Igreja passa de intelectual orgânico à tradicional. Mais tarde, com a Revolução Francesa (final do século XVIII), completa-se a crise ideológica que colocou definitivamente a Igreja numa posição subalterna, assim como ocorreu com a aristocracia feudal.

Gramsci não está sozinho na discussão sobre o caráter político da religião, Nicolau Maquiavel (1469-1527), na obra *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, analisou a religião a partir de seus efeitos práticos demonstrando que ela é capaz de despertar tanto o medo quanto o amor dos cidadãos a favor da vida comum. Maquiavel não se preocupou com o conteúdo teológico da religião nem depreciou a crença, mas criticou, sobretudo, os dirigentes cristãos que descartavam a preocupação com o mundo concreto em função da esperança metafísica, tornando-se sinônimo de resignação ao abandonar a luta social. Nesse sentido, José Luiz Ames, ao desenvolver o tema da religião e da política em Maquiavel, observa que

a grandeza de uma religião decorre da função e importância que ela exerce em relação à vida coletiva. Ambas, função e importância, são de caráter normativo: a religião ensina a reconhecer e a respeitar as regras políticas a partir do mandamento religioso (AMES, 2006, p. 53).

Com efeito, as normas coletivas podem desempenhar não apenas um papel coercitivo, mas também educativo, na medida em que auxiliam na interiorização da moral cívica, visando o consenso coletivo. Por isso, para Maquiavel o príncipe deve ter a capacidade de servir-se da fé para elevar o povo à obediência da lei civil, daí chamou a atenção para “as infinitas ações do povo de Roma em conjunto e de muitos mais violar o

juramento que as leis, porquanto estimavam mais o poder de Deus que o dos homens” (MAQUIAVEL, 2007, p. 49).

A Reforma Protestante, que aproxima o leigo das Escrituras, resulta da nova visão de ser humano que não mais prezava o intermédio sacerdotal. Gramsci mostra como desde a Contrarreforma a Igreja tentou manter seus intelectuais próximos às massas, mas sem elevar o nível cultural delas. A Companhia de Jesus⁴ foi o grande movimento que buscou levar adiante a defesa de Roma frente aos ataques sofridos, esta, no entanto, foi a última das grandes organizações religiosas católicas ocorridas, e, que, segundo Gramsci, teria operado como um verdadeiro partido político.

Gramsci analisa a religião do ponto de vista político, por isso promove uma arqueologia da Instituição Católica, investigando com profundidade a sua trajetória histórica, delimitando sua abordagem sobretudo ao período medieval e ao *Risorgimento* Italiano. Na conclusão desses estudos, assevera que em muitos momentos a Instituição Eclesiástica Católica se comporta como um partido que se utiliza de inúmeras estratégias para manter-se dominante. De um modo tal, que o seu

poder subversivo é subterrâneo. Mina a construção social a partir dos seus fundamentos. Sua política carece de tradição, mas não de inteligência, de habilidade, de flexibilidade, sustentadas por uma firme determinação. Negociar com ela ou combatê-la pode ser sagacidade ou erro, a depender das contingências da política. Não levá-la em conta ou recusar-se a levá-la em conta é tolice (GRAMSCI, 2001, p. 65).

O Iluminismo (séculos XVIII-XIX) avilta toda forma de crença corroborativa com a menoridade intelectual da humanidade, por isso busca uma religião mais racional e elucidatória, com princípios adequados à modernidade, pois

o iluminismo tinha como elemento crucial a preocupação e a discussão a respeito do progresso intelectual. E para que esse desenvolvimento fosse possível, a razão e o conhecimento eram fundamentais, de modo que esse período ficou marcado por um vínculo indissociável com a questão do conhecimento e com sua problematização metacrítica. (SOUZA, 2019, p. 23)

Temendo que o elitismo intelectual afastasse as massas da religião católica, mas ao mesmo tempo precisando oferecer uma formação cristã mais ajustada à modernidade, foi necessário que a Instituição Católica criasse novas estratégias de inserção nesse novo mundo, aproximando-se das massas, para além das já criadas no período da Contra Reforma. Dentre elas, a necessidade de aproximação dos extratos populares através da Ação Católica⁵: “sublinha Gramsci, é a organização de massa oficial da Igreja, colocada sob seu controle direto, o instrumento de sua política para toda uma época.” (PORTELLI, 1984, p. 141). Esse movimento coloca-se como estratégia essencial para evitar que a Igreja ficasse à margem da história. De olho nesta força política da Igreja, Gramsci dedica parte de seus escritos à análise da Ação Católica, que, para ele, representa o cosmopolitismo papal e

assinala o início de uma época nova na história da religião católica: quando ela, de concepção totalitária (...), torna-se parcial e possui um partido próprio. As diversas ordens religiosas representam a reação da Igreja (...), da cúpula ou da base, contra as desagregações parciais da concepção do mundo (GRAMSCI, 1968, p. 280).

No final do século XIX, a Igreja se vê abalada por causa da adesão do grupo agrário italiano ao Estado Liberal, num contexto em que o socialismo supostamente ameaçaria a Instituição católica, por isso a Igreja combate o socialismo na encíclica *Rerum novarum*. Temendo a sua derrocada pelo grupo agrário e burguês, a Igreja se alia ao Estado reforçando o bloco ideológico católico. A história do cristianismo, enquanto Igreja Católica, torna-se a história do aparecimento, da ascensão e do declínio de uma ideologia e de seus intelectuais, e mostra a função política que a instituição desempenha em cada período. É com vista nesses pressupostos que o autor dos “Cadernos do Cárcere” investiga a relação entre massas populares e a alienação religiosa e política, no contexto da Itália do início do século XX.

Ele reconhece a importância das massas populares no *Caderno 13*, ao dizer que “Qualquer formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas de camponeses cultivadores não irromperem simultaneamente na vida política” (GRAMSCI, 2007, p. 18). No tocante a isso, uma “leitura aprofundada dos Cadernos da prisão mostra, efetivamente, que a Igreja aparece ali, com o mesmo papel que o grande filósofo liberal, isto é, como o antagonista principal do partido revolucionário” (PORTELLI, 1984, p. 16). Com efeito, o embate intelectual de Gramsci contra o Papa e contra Benedetto Croce, o grande filósofo liberal, é uma luta contra o senso comum e a religião, e esta é imprescindível no processo de organização política dos subalternos.

A entrada em massa dos católicos na vida estatal após a Concordata (e, desta feita, eles entraram como e enquanto católicos, inclusive com privilégios culturais) tornou muito difícil a obra de ‘transformismo’ das novas forças de origem democrática (GRAMSCI, 1995, p. 284).

O autor sardo observa, então, que a Igreja se organiza como partido para não perder sua força, mas ela se encontra numa posição de subalternidade frente ao liberalismo moderno, por isso leva para seu discurso oficial as questões referentes às massas, inclusive criando um sindicalismo católico e promovendo retiros espirituais para operários.

Diante disso, o filósofo político tece sua crítica às contradições da Igreja Católica partindo de uma retrospectiva histórica da Itália para compreender essa instituição religiosa, suas contradições, alianças e estratégias para permanecer como ideologia oficial das massas populares. O seu entendimento é o de que “a força das religiões, e notadamente da Igreja Católica, consistiu e consiste no seguinte: elas sentem intensamente a necessidade de união doutrinária de toda a massa ‘religiosa’ e lutam para que os estratos intelectualmente superiores não se destaquem dos inferiores” (GRAMSCI, 2014, p. 99).

Na contramão da unificação da Itália (segunda metade do século XIX), a alta hierarquia eclesial se preocupou com o poder temporal, e não com a religião que deveria desempenhar o papel de elevar a virtude de um povo, o qual se for “corrupto tem antes de tudo, a sua religiosidade mal trabalhada” (SOBOLESKI, 2011, p. 46).

RELIGIÃO, MARXISMO E ALIENAÇÃO

A leitura dos estudos de Ludwig Feuerbach (1804 -1872) sobre a questão religiosa e a alienação religiosa, que serviu como base para o entendimento da questão nos textos de Marx e Engels sobre a religião e das críticas destes filósofos à religião. Exige ainda, a apreensão da percepção de Maquiavel acerca do papel que a Igreja exerce na formação da sociedade italiana e a função da religião na formação moral de uma sociedade, entendendo-a como um instrumento eficiente a ser usado pelo príncipe, o qual se apresenta como um entrave para a unificação da Itália.

Como dissemos, é necessário considerar também as análises de Feuerbach para compreender a origem do conceito de alienação. O teórico vê a religião como uma projeção humana, uma antropologia, daí pressupõe que a religião é a causa da alienação humana, e isso porque, primeiro o homem projeta-se em Deus, só depois se projeta em si mesmo. Nessa perspectiva, ele afirma que a “religião, pelo menos a cristã, é o relacionamento do homem consigo mesmo ou, mais corretamente: com a sua essência; mas o relacionamento com a sua essência como uma outra essência” (FEUERBACH, 1988, p. 57). E, para Zilles, a “alienação religiosa, segundo Feuerbach, é tomar como Deus algo que, na verdade é apenas expressão do próprio homem, ilusão, ídolo” (ZILLES, 1991, p. 108). Logo, a crítica feuerbachiana à religião representa uma crítica ao poder ilusório que ela pode trazer e, para desnudá-lo, é necessária uma consciência humana real.

O conceito de alienação de Feuerbach se tornou essencial para Karl Marx (1818-1883) e para pensadores marxistas, que veem a existência humana numa estreita relação entre a religião e a formação da falsa consciência dos homens. Marx começa sua análise sobre a religião na introdução de sua “*Crítica à filosofia do direito*” (1844) de Hegel, mas o estudo sobre a religião como realidade histórica e social só será feito em sua “*Ideologia alemã*” (1846), na qual mostra que a religião como ideologia legítima a exploração e aprofunda suas análises acerca da relação entre a religião e o desenvolvimento econômico e social.

Friedrich Engels (1820-1895) lembra que a seiva do movimento cristão primitivo está presente em todos os movimentos populares e revolucionários, que vão desde as heresias medievais até as lutas operárias do século XIX. Em seu livro, de 1870, “*A Guerra dos Camponeses*”, tece valorosos elogios ao líder Thomas Münzer (1489-1525) que soube dissimular suas convicções revolucionárias em linguagem cristã, além de se debruçar sobre os vínculos entre o calvinismo e a burguesia.

Na avaliação de Löwy, “Engels estava convencido que a revolução puritana do século XVIII foi a última em que a religião pudera desempenhar o papel ideológico revolucionária” (LÖWY, 1998, p. 167-8). Porém, Marx e Engels não se limitam à análise da questão ideológica, eles miram seus estudos sobre a religião atentos aos vínculos entre alterações econômicas, conflitos de classe e transformações religiosas.

Gramsci, como herdeiro intelectual do marxismo, ao investigar as heresias burguesas, não apenas prolonga os estudos de Engels como também aprofunda a análise sobre as relações intelectuais-massa. E, para Portelli, isto significa dizer que

Enquanto Engels vê nestas revoluções uma marcha para a independência ideológica da burguesia, Gramsci sublinha que se trata igualmente da ruptura do vínculo ideológico entre intelectuais religiosos e povo em proveito de novo ‘bloco nacional-popular’ dirigido por uma nova camada de intelectuais (PORTELLI, 1984, p. 72).

O olhar do filósofo sardo sobre a religião considera a ligação entre a religiosidade e a sua categoria de subalternos, que ainda é pouco compreendida por muitos de seus comentadores, os quais, segundo Liguori (2017, p. 25), fazem um uso descuidado do termo, o que leva à perda daquela “essencial análise diferenciada do mundo subalterno que é fundamental na tematização gramsciana e que fez dos ‘subalternos’ não um conjunto homogêneo, mas sujeitos de diferentes capacidades de autoconsciência e organização”. Gramsci relaciona os subalternos ao elemento da espontaneidade que precisa ser superada para realizar a mudança política e social, pois “sem direção consciente – ainda que seja uma direção não separada das massas, mas sempre em relação dialética direta com ela – as mesmas massas estão destinadas a permanecer subalternas” (LIGUORI, 2017, p. 25).

Na leitura do comentador italiano, o termo vai passando por transformações: “o ‘subalterno’, por ser tal, deve ser – seguindo a palavra de Gramsci – ‘dirigente’, ‘responsável’, ‘protagonista’” (LIGUORI, 2017, p. 25), e isso porque, o termo assume significados que só podem ser compreendidos no contexto em que o autor o expõe. Assim, em primeiro lugar Gramsci refere-se àqueles que estão politicamente à margem da história; em segundo, o utiliza para se referir ao proletariado ou ao conjunto dos trabalhadores, os quais são capazes de construir uma forma própria de democracia. Em último lugar, o termo é usado para se referir a sujeitos singulares, tanto em relação à sua posição social quanto a seus limites intelectuais.

O filósofo sardo direciona sua perspicácia teórica ao período do *Risorgimento* Italiano, no qual mira na Igreja Católica um dos grandes entraves à unificação. Desse modo,

Acreditamos que o processo de unificação da península italiana influenciará fortemente na consolidação da política de ultramontanismo promovida pela instituição Católica. Ambos avançarão juntos durante o século XIX, pois

conforme a unificação da Itália se tornava mais real, mais a Igreja se fechava e fortalecia seu discurso conservador ultramontano contrário ao nacionalismo. (MACHIOSKI, 2018, p. 43)⁶

Somando-se a essa abordagem, Ítalo Domingos Santirocchi, esclarece que

O *ultramontanismo*, no século XIX, se caracterizou por uma série de atitudes da Igreja Católica, num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiais, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. (SANTIROCCHI, 2010, p. 24)

Com esses pressupostos, entende-se melhor a razão pela qual Gramsci faz sua crítica à Igreja Romana, analisando sua relação dela com as revoluções e transformações sociais. E isso não apenas porque ele é herdeiro das ideias de seus antecessores, mas também porque pretende avançar no entendimento da questão, por isso busca compreendê-la nos movimentos culturais desde a Reforma Protestante até à Revolução Francesa. Ao final, conclui que a revolução social e política dos trabalhadores explorados pelo capitalismo devem ter como tática de desenvolvimento da revolução, a reforma intelectual e moral, na qual se insere também a questão da religião.

A teoria de Gramsci mira a formação humana, isto é, a reeducação das massas para que se tornem conscientes e agentes de mudança dentro da sociedade, daí defende a necessidade de os subalternos superarem suas condições existenciais materiais que os colocam à margem da sociedade. A Igreja Católica, de seu tempo, não cumpre esse papel de transformar, muito embora seja uma força poderosa junto aos extratos populares.

A Igreja Católica é ‘a mais poderosa força conservadora que governa sob o ponto de vista do divino, salvação última onde a decadência dos valores humanos põe em perigo a estrutura social’. A Internacional vermelha é ‘o desvio da ideologia cristã’, ‘é ativa por toda parte, mas, sobretudo, onde uma sociedade econômica desenvolveu-se segundo o padrão do Ocidente (...)’ (GRAMSCI, 2001, p. 65).

No excerto acima é possível notar a preocupação do autor com a religião, que, como instituição histórica, exerce papel ideológico e político fundamental para manter seu poder. Com efeito, na realidade italiana, a ideologia a ser combatida não seria apenas o liberalismo, mas, sobretudo, a ideologia religiosa ligada às massas populares. Nesse sentido, a miséria e a exploração não estariam ligadas apenas às condições históricas de trabalho, mas também às questões ideológicas, já que a exploração é legitimada pela tentativa de bloqueio da burguesia rural italiana à emancipação das massas populares. Assim, percebendo o uso da religião como fonte da visão de mundo dos subalternos, Gramsci a crítica no *Caderno 13*, apontando que

A miséria crônica e o trabalho prolongado do camponês, com o conseqüente embrutecimento, representam para aquele grupo uma necessidade primordial. Por isso, emprega a máxima energia na resistência e no contra-ataque a qualquer mínima tentativa de organização autônoma do trabalho camponês e a qualquer movimento cultural camponês que ultrapasse os limites da religião oficial (GRAMSCI, 2007, p. 63).

Daí apontar que a saída dessa condição é possível através de uma transformação estrutural da sociedade. O tripé desta mudança é uma profunda reforma econômica, moral e intelectual, porque esses elementos interligados, não podem se dissociar na formação de uma *nuova civiltà*. O surgimento de outra ideologia passa pelo solavanco de um novo bloco social hegemônico que integre e canalize as forças da sociedade. Por esse prisma, Gramsci vê na educação das massas uma maneira de construir novos blocos históricos capazes de libertar o ser humano da servidão dos sistemas que oprimem uma classe em detrimento de outra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gramsci vê o cristianismo primitivo como uma ruptura em relação ao poder dominante, mas que aos poucos é cooptado para dentro da estrutura formal do Estado, afastando-se de suas raízes, chegando a ser o principal bloco hegemônico da Idade Média, a qual passou de movimento excluído e subversivo à condição de dominante, após o Edito de Milão. Quando surgiriam várias contradições dentro da Religião Católica Apostólica Romana, analisadas por Gramsci, sobretudo no Medievo, período em que chega ao seu auge dominante, unindo poder temporal e espiritual.

A instituição tenta manter o seu poder, absorvendo dentro de suas estruturas os movimentos que divergem de sua ideologia oficial. Movimentos como o franciscanismo, denunciam a degradação da Igreja, tentando uma retomada radical do Evangelho de Jesus, sendo assimilados pela estrutura burocrático-religiosa, distanciando-se do carisma inicial. O mesmo não ocorreu com a Reforma Protestante.

A resposta da Igreja aos reformistas veio com o Jesuitismo, e esta foi uma que se colocava como uma ação política tendo em vista a manutenção do poder político da Igreja Católica, que se recusou a absorver dentro da estrutura, as mudanças pretendidas por Lutero e seus seguidores, portanto, não se trata de uma questão teológica puramente, mas de ação política para o seu poder.

A análise de Gramsci ajuda a entender como as revoluções modernas têm a sua raiz em movimentos religiosos, como a religião não é uma força neutra que pode ser deixada de lado na reflexão política. E o contexto histórico italiano se coloca como um terreno propício para se analisar como se forma uma tessitura na qual a Igreja coloca-se entrave para a sonhada unificação da Itália, desde Maquiavel. Como leitor do pensador

renascentista, Gramsci entende que qualquer transformação estrutural dentro do contexto italiano deve levar em consideração a Igreja Católica. Ele sustenta que a transformação social de seu país deve levar em consideração as camadas camponesas que, por sinal, estão ainda sob forte influência da religião, com efeito, a transformação social só será possível com a retirada das classes subalternas da subalternidade.

No século XIX, diante do Iluminismo e dos movimentos operários, a instituição católica tenta ainda exercer influência sobre a sociedade moderna, lançando dois instrumentos importantes, a Carta Encíclica *Rerum Novarum*, na qual encontra-se um ataque velado ao comunismo, por meio da qual a Igreja chama a atenção dos operários cristãos aos seus compromissos com os patrões e com a Igreja. O movimento da Ação Católica, pelo qual a juventude cristã é convocada a defender sua fé diante dos novos tempos, constitui outra estratégia importante no combate ao ateísmo e ao abalo da autoridade da Igreja no mundo.

Como Maquiavel, Gramsci, entende que a religião está ligada diretamente à questão moral do ser humano, por ela ser capaz de tocar e mesmo formar o inconsciente e a consciência dos homens. E, para Feuerbach, o homem tem a tendência e necessidade de se perceber como essência, porém, na busca por esta percepção, o homem projeta a sua essência para fora de si, em Deus. É desse comportamento que surge a alienação de si mesmo, conforme demonstra a crítica deste filósofo à religião.

Por isso, o conceito de alienação feuerbachiano coloca-se como um conceito chave para se compreender a relação entre alienação e ideologia elucidados por Marx e Engels pela concepção de ideologia religiosa, a qual legitima a exploração. E, como herdeiro do marxismo, Gramsci compreende que a ideologia não só está ligada à exploração, mas é, sobretudo, uma visão orgânica do mundo e, portanto, deve a religião ser considerada como parte essencial da ideologia das classes subalternas, porque é essa consciência que poderá torná-la capaz de mudar sua visão de mundo e levá-la ao engajamento político. Daí ser necessário considerar, no processo de desenvolvimento da reforma intelectual e moral, a questão religiosa e o seu potencial de conformação das massas populares e a manutenção destas à condição de subalternidade.

O filósofo considera que a religião não constitui uma força neutra no campo político, devendo ser levada à sério. O seu embate não é contra a dimensão da fé, mas às ideologias sustentadas a partir da institucionalização da crença sem a preocupação da retirada das massas da ignorância. Contudo, Gramsci fala a partir de seu contexto europeu, abordando a temática sobre a questão religiosa ligada à Igreja Católica do início do cristianismo até primeira metade do século XX, oferecendo ferramentas teóricas para a análise do fenômeno religioso de forma mais ampla do que a do recorte realizado nesse estudo. Todavia, ele não chegou a conhecer a Instituição Católica após o Concílio Vaticano II (1962-1965), onde dentre os documentos produzidos, a *Gaudium et Spes* (As alegrias e as esperanças) faz germinar a opção pelos pobres e pelo desejo de transformação da vida de homens e mulheres à margem da história. Muito embora, dentro

da Instituição, as forças conservadoras permaneceram como entrave aos líderes religiosos mais progressistas, a Igreja Católica nas décadas seguintes ao Concílio, na realidade da América Latina, contribuiu com a formação e com a luta das classes subalternas, de onde surgiram lideranças comunitárias e políticas. Por fim, o campo religioso brasileiro é plural, não só dentro da própria Igreja Católica, mas para, além dela e do meio cristão, considerando, obviamente, as religiões de matrizes indígenas, africanas e orientais. Assim, há de se seguir estudando esse vasto campo, considerando as intuições e conceitos gramscianos, aliados às novas abordagens do fenômeno religioso.

REFERÊNCIAS

AMES, José Luiz. Religião e política no pensamento de Maquiavel. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 113, p. 51-72, jun. 2006.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. Trad. José da Silva Brandão. Campinas: Papirus, 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1. Trad. Carlos N. Coutinho. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 494 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Trad. Carlos N. Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 334 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 4. Trad. Carlos N. Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 394 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. Trad. Noênio Spínola. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 420 p.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos N. Coutinho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 341 p.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel: a política e o Estado moderno**. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 444 p.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LÖWY, Michel. Marx e Engels como sociólogos da religião. **Lua Nova**, São Paulo, n. 43, p. 157-170, 1998.

MACHIOSKI, Fábio Luiz. **Uma luta ultramontana: o discurso do padre Pietro Colbacchini e o forjar da identidade dos imigrantes italianos em Curitiba no final do século XIX (1886-1901)**. Universidade Federal do Paraná, dissertação, Curitiba, 2018.
MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Trad. Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a questão religiosa**. Trad. Luiz J. Gaio. São Paulo: Paulinas, 1984. 230 p.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. **Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em história da UFMG, v. 2, n. 2, p. 24 -33, Ago. Dez. 2010.

SOBOLESKI, Josete. A Religião como instrumento formador e mantenedor do Estado em Maquiavel. **Terceiro Incluído**, NUPEAT – IESA – UFG, v. 1, n. 2, p. 38-48, jul.dez.2011.

SOUZA, Paola Nunes de. **O Esclarecimento Kantiano**. Universidade Federal de Goiás, dissertação, 2019.

ZILLES, Urbano. **Filosofia da religião**. São Paulo: Paulinas, 1991.

¹ Professora Associada do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (IFILO UFU) e dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia da UFU e da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Membro da International Gramsci Society (IGS/Brasil). E-mail: helpramos@yahoo.com.br

² Graduado em Filosofia pelo ISTA-BH, Licenciado em Sociologia pela UNIasselvi-SC, Especialista em Gestão Educacional pela Faculdade APOGEU-DF, Professor de Filosofia e Sociologia do Estado de Minas Gerais, Mestrando em Filosofia pelo PPGFIL-UFU. E-mail: filoziel@hotmail.com

³ Doutrina do bispo Cornélio Jansênio (1585-1638) na França, tida como herege pelos católicos por defender a predestinação e negar o livre-arbítrio, oposta ao Jesuitismo, defensor da doutrina oficial da Igreja.

⁴ Congregação Religiosa fundada por Inácio de Loyola (1491-1556) aprovada em 1540, pelo papa Paulo III, enviava jesuítas, por todo o mundo, para desenvolverem frentes de trabalhos de catequização.

⁵ Movimento iniciado em 1867 por Giovanni Acquaderni e Mario Fani, da juventude católica italiana, coordenado pelo Papa Pio XI de 1922 a 1939, e que objetivava a formação religiosa de missionários e leigos da sociedade moderna.

⁶ O termo ultramontanismo, de origem medieval, vem do latim “além dos montes”, ou seja, além dos alpes. Essa categoria serviu, depois da Reforma Protestante, para considerar o papado como uma potência estrangeira. O termo também se aplica àqueles que defendem a infalibilidade papal mesmo em assuntos temporais.

Recebido em 29 de novembro de 2020
Aprovado em 22 de dezembro de 2020
Editado em abril de 2021